

Plano Diretor de Educação Ambiental de Torrinha

PLANEJAMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE TORRINHA – SP

1. Introdução

1.1 Importância da Educação Ambiental

A Educação Ambiental é considerada ação indispensável o bem estar da população, com ela é possível à prevenção e melhorias nas condições ambientais do município, áreas verdes, saneamento, recursos hídricos, saúde pública entre outras.

De acordo com o conceito de EA, podemos citar com o artigo 1º, capítulo 1º, da Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, o qual entende EA como:

“Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

1.2 Participação Social

Segundo o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, é fundamental o envolvimento das comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. As comunidades devem planejar e implantar suas próprias alternativas para que assim sejam corresponsáveis e atuantes, no que tange as mudanças necessárias para a diminuição dos impactos ambientais gerados pela sociedade e a integração da mesma com a natureza.

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental, a EA tem como princípio o pluralismo de ideias, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade, abarcando diferentes assuntos e atores.

1.3 Plano Diretor de Educação Ambiental

Segundo o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.287/2001) foram elencados os principais instrumentos de planejamento no âmbito municipal (Artigo 4º-III), dentre eles na letra “g” elencou “planos, programas e projetos setoriais”

O Plano Municipal do Meio Ambiente é um instrumento de participativo de planejamento, gestão e fiscalização ambiental que identifica os principais desafios sócio-

ambientais do município, define as ações do governo e da sociedade civil a serem desenvolvidas de forma transversal ao conjunto das políticas públicas.

O planejamento ambiental, de acordo com a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81), regulamentada pelo Decreto 88.531/83, é um instrumento fundamental do processo de gestão do espaço.

Com isso, o objetivo desta proposta é elaborar um Plano Diretor Municipal de Educação Ambiental baseado em um referencial teórico e participativo, ou seja, com o envolvimento da sociedade, com a função de orientar e balizar a tomada de decisão sobre projetos de EA a serem desenvolvidos no município. Assim, esse plano auxiliará o direcionamento de futuros projetos de EA e conseqüentemente na qualidade ambiental do município.

2. Desenvolvimento/ Metodologia do trabalho

Este Plano procura melhor instrumentalizar o poder público para a gestão e a promoção de práticas de educação ambiental no município. Ele acompanha o Relatório técnico, que contém as informações detalhadas de metodologia e a memória dos eventos realizados.

Para que este Planejamento não seja apenas um texto e sim uma eficaz ferramenta de trabalho, o Plano foi construído de forma participativa, tomando em consideração as instituições do poder público, conselhos/comissões e a sociedade civil. Dessa forma busca-se que sua construção resulte em uma ferramenta eficaz de Estado, que poderá perpetuar-se ao longo dos anos, mediante atualizações e aprimoramentos.

A elaboração do Plano Diretor de EA de Torrinha foi baseada na estrutura geral de Planejamento Ambiental, apresentado por Santos (2004), esta metodologia segue as seguintes etapas: pesquisa, análise e síntese.

A parte de síntese consistiu em um inventários através dos seguintes momentos participativos :

- Reunião com responsáveis do departamento de Agricultura e Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de Torrinha. Data: 02/09/2019.
- Oficina e Roda de Conversa de Educação Ambiental com educadores da Escola Agrícola de Torrinha, em atividade de HTPC -27/09/2019.

- Oficina e Roda de Conversa de Educação Ambiental com educadores Creche Escola “Olga Cassola Abiati” Avenida João Paulo II, 100, em atividade de HTPC - 30/09/2019
- Oficina e Roda de Conversa com membros do COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente). 19/12/2019 – Local: Casa da Cultura de Torrinha.

Feita essa etapa de pesquisa, iniciou-se a etapa de análise, que consiste em um diagnóstico da situação dos principais problemas ambientais do município e levantamento dos projetos já existentes, esse diagnóstico será apresentado a seguir por meio de tabelas e gráficos síntese. Nesta etapa também foram analisadas as sugestões de projetos de EA e de visitas no município, que foram coletadas na etapa de pesquisa.

Por fim foi realizada a fase de síntese, onde os dados foram compilados e sistematizados para a produção do Plano Diretor de EA de Torrinha, gerando como produto: As Diretrizes do Plano de Educação Ambiental; Os pontos de visita para Educação Ambiental e desenvolvimento de Ecoturismo e o Plano de Ação.

2.1. Diagnóstico

2.1.1. Problemas Ambientais e Projetos de EA Levantados

Para a elaboração do Plano Diretor de EA de Torrinha, foram realizadas oficinas participativas (etapa de pesquisa), para identificar a situação da Educação Ambiental (EA) e da percepção ambiental no município. Nestes encontros foram levantadas quatro questões, que servirão como base para orientar as diretrizes e caminhos da política pública municipal de meio ambiente de Torrinha. Você encontra no Relatório de Elaboração do Plano Diretor de EA de Torrinha, todos os resultados das 2 primeiras questões para elaboração desta etapa de análise. Vamos aqui apresentar apenas a síntese das informações já tratadas.

- **Pergunta 1:** Quais os principais problemas ambientais do município?
- **Pergunta 2:** O que já está sendo realizado de projetos de EA?

2.1.1.1 Síntese das informações

As informações foram sintetizadas em gráficos para ser melhor visualizada a situação da Educação no Município. Foram feitos os seguintes dados com os dados coletados:

- Problemas ambientais no município
- Projetos de Educação Ambiental nas Escolas
- Projetos de Educação Ambiental da Prefeitura
- Projetos de Educação Ambiental no Município

Nota-se que as temáticas selecionadas para categorizar os problemas e projetos, foram escolhidas de acordo com as situações apresentadas nas Oficinas e Rodas de conversa participativas, que são: RESÍDUOS SÓLIDOS; RECURSOS HÍDRICOS; SAÚDE AMBIENTAL ; ARBORIZAÇÃO, ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE; POLÍTICAS PÚBLICAS e EDUCAÇÃO AMBIENTAL

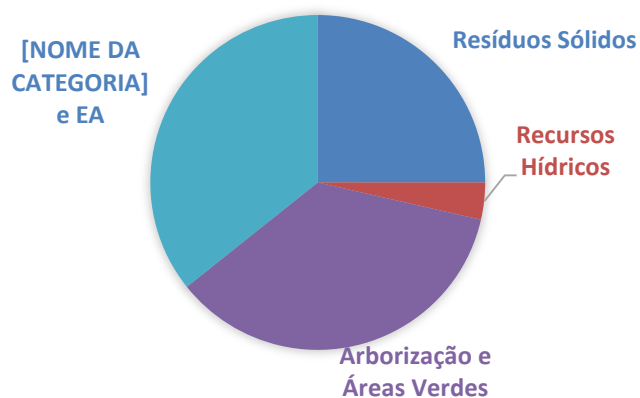
Seguem os gráficos síntese separado pelas temáticas citadas.

PROBLEMA AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO

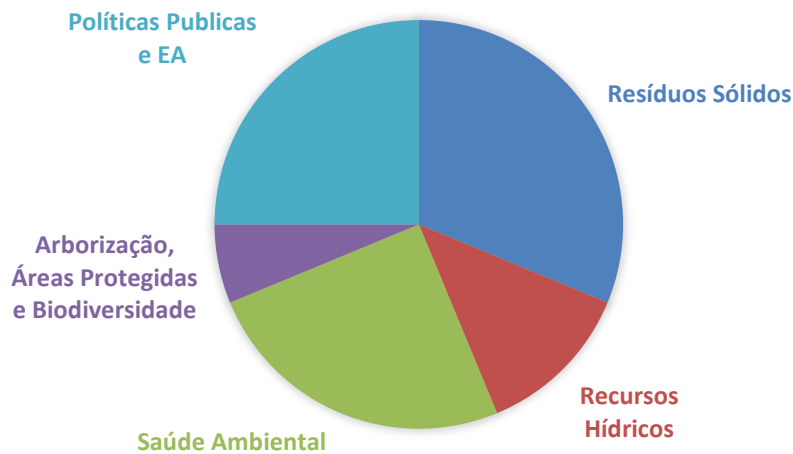


Como podemos observar os Problemas Ambientais do Município, segundo a consulta pública e inventário, é quase 50% relacionado aos Resíduos Sólidos. Em segundo lugar temos os problemas relacionados à Políticas Públicas e Educação Ambiental; posteriormente temos as seguintes temáticas Saúde Ambiental e Arborização, Áreas Protegidas e Biodiversidade na mesma proporção; por fim os problemas relacionados com Recursos Hídricos.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA PREFEITURA

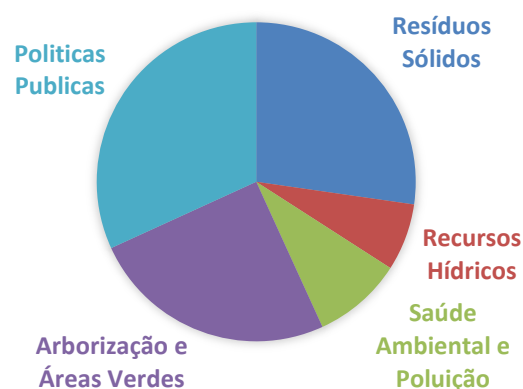


PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS



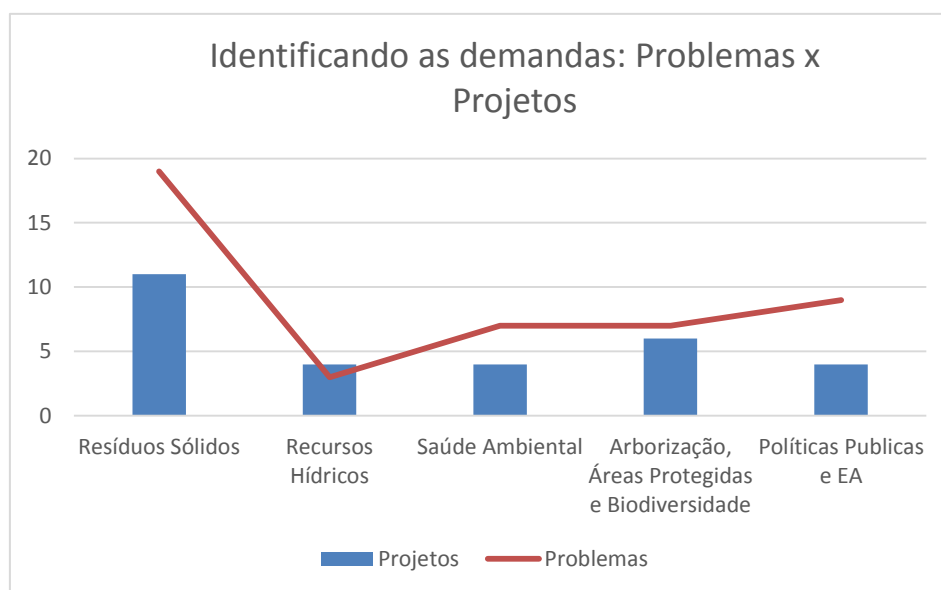
Os gráficos Projetos de Educação Ambiental nas Escolas e Projetos de Educação Ambiental da Prefeitura, foram realizados com a base de dados levantado na fase anterior de levantamento de informações para o Diagnóstico, sendo que os dados completos estão apresentados no Relatório de Elaboração do Plano. Já o gráfico Projetos de Educação Ambiental no Município, constitui a soma dos primeiros dados, resumindo as temáticas abordadas nos projetos de Educação Ambiental no Município.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO



Neste gráfico síntese podemos ver que as temáticas de projeto já estão em consonância com os principais problemas ambientais municipais. Em primeiro lugar temos projetos de Resíduos Sólidos, posteriormente na área de Políticas Públicas e Educação Ambiental, posteriormente temos os projetos de Arborização, Áreas Protegidas e Biodiversidade, depois em menor quantidade projetos de Saúde Ambiental e por último Recursos Hídricos.

Fazendo uma análise agora comparativa de problemas ambientais e projetos de educação ambiental, chegamos no seguinte gráfico:



Constatando que apesar de existirem projetos na área de Resíduos Sólidos, a defasagem entre os problemas existentes e as soluções (projetos) ainda é grande. Em relação a Recursos Hídricos, foi diagnosticado que os projetos conseguem se equiparar com os problemas levantados, apresentando baixa demanda nesta temática, na área de Políticas Públicas e EA a defasagem também é considerável bem como na temática Saúde Ambiental. Por fim, o tema Arborização, Áreas Protegidas e Biodiversidade também está bem equilibrado, quase equiparando projetos e problemas.

Portanto constatou-se neste diagnostico que as temáticas prioritárias de atuação deste Plano de Educação Ambiental são:

1º Resíduos Sólidos

2º Políticas Públicas e EA

3º Saúde Ambiental

4º Arborização, Áreas Protegidas e Biodiversidade

5º Recursos Hídricos

2.1.2. Locais de Visitação e Diretrizes de EA

Agora iremos tratar das 3ª e 4ª questões, relacionadas a destinação de visitas na temática ambiental e as diretrizes para a Educação Ambiental municipal. Você encontra no Relatório de Elaboração do Plano Diretor de EA de Torrinha, todos os resultados das 2 últimas questões para elaboração desta etapa de análise. Vamos aqui apresentar apenas a síntese das informações já tratadas

Questões levantada nas rodas de conversa e oficinas:

- **Pergunta 3** - quais os locais que já são visitados pelos alunos com a temática ambiental (identificar o que os alunos mais gostam de ir) e quais os pontos que poderiam ser melhor explorados dentro do município de Torrinha
- **Pergunta 4** - Qual a educação ambiental que queremos para Torrinha?

2.1.2.1 Síntese das informações

Agora realizando a análise destas informações, foram realizadas sugestões de Temáticas para serem trabalhadas em cada um dos locais sugeridos para visitação, esta tabela síntese encontra-se no item 4, deste documento:

E realizando a análise das diretrizes levantadas nas Oficinas e rodas de Conversa comparado com diretrizes das políticas públicas de educação Ambiental, chegamos na seguinte tabela síntese:

Ação levantada (Pergunta 3)	Confluência com a Política Nacional de EA	Confluência com a Política Estadual de EA	Irá entrar no Plano?
Item 1. Ações continua de Educação Ambiental.	- A garantia de continuidade e permanência do processo educativo; (Art 4. Parágrafo V)	A garantia de continuidade, permanência e articulação do processo educativo com todos os indivíduos e grupos sociais; (Art 8. Parágrafo V)	Sim
Item 2. Ser uma disciplina curricular na rede de	- Desenvolvimento de instrumentos e metodologias,	A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina	Não

educação municipal .	visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino; (Art 8. § 3º Parágrafo I)	específica no currículo de ensino, devendo ser inserida de forma transversal no âmbito curricular. (Parágrafo único)	
Item 3. Ações de conscientização, mas também seguidas de fiscalização e punições;	- O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; (Art 5 Parágrafo III)	As atividades pedagógicas teórico-práticas devem priorizar questões relativas: realização de ações de sensibilização e conscientização. (Artigo 19)	Sim. Adicionando a questão da Fiscalização que não tem nas Políticas Públicas
Item 4. Melhorias gerais pela prefeitura, observando a questão ambiental na tomada de decisões (...) Item 5. Atenção especial para as escolas os projetos desenvolvidos, com mais apoio de todas as estâncias municipais, principalmente o Departamento de Meio Ambiente.	- A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. (Artigo 7)	A Política Estadual de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, órgãos públicos do Estado e Municípios, organizações não-governamentais, demais instituições como Redes de Educação Ambiental, Núcleos de Educação Ambiental, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, Coletivos Educadores e outros coletivos organizados, Comvidas, fóruns, colegiados, câmaras técnicas e comissões. (Artigo 10) - A participação da sociedade na discussão das questões	Sim. Colocando a questão específica levantada pela população.

		socioambientais fortalecendo o exercício da cidadania e o desenvolvimento de uma consciência crítica e ética; (Art 9 Parágrafo IV)	
<p>Item 6. Projetos relacionados com gestão de resíduos sólidos recicláveis e resíduos domésticos, orgânicos;</p> <p>Item 7. Embelezamento dos espaços públicos mais afastados do centro da cidade</p> <p>Item 8. Programas de maior conscientização ambiental e que venham melhorar esses problemas de degradação ambiental do município.</p>	<p>São objetivos fundamentais da educação ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; (Artigo 5, parágrafo IV, VII) 	<p>São objetivos fundamentais da Educação Ambiental no Estado de São Paulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o desenvolvimento de programas, projetos e ações de Educação Ambiental integrados ao ecoturismo, mudanças climáticas, ao zoneamento ambiental, à gestão dos resíduos sólidos e do saneamento ambiental, ao gerenciamento costeiro, à gestão da qualidade dos recursos hídricos, e uso do solo, do ar, ao manejo dos recursos florestais, à administração das unidades de conservação e das áreas especialmente protegidas, ao uso e ocupação do solo, à preparação e mobilização de comunidades situadas em áreas de risco tecnológico, risco geológico e risco hidrológico, ao desenvolvimento urbano, ao planejamento dos transportes, ao desenvolvimento das atividades agrícolas e das atividades 	Sim

		industriais, ao desenvolvimento de tecnologias, ao consumo e à defesa do patrimônio natural, histórico e cultural; (Artigo 9, parágrafo XI)	
<p>Item 10. Elaborar diagnóstico do espaço da escola agrícola, para se tornar um modelo indutor de práticas e ações sustentáveis dentro da rede. Um local para vivências práticas em relação a sustentabilidade.</p> <p>Item 11. Evoluir em práticas sustentáveis junto a grade curricular existente na Escola Agrícola, ampliando os aspectos experimentais e incluindo o olhar sistêmico da vida no planeta.</p>	<p>Art. 4o São princípios básicos da educação ambiental:</p> <p>II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; (Artigo 4, parágrafo II)</p>	<p>São objetivos fundamentais da Educação Ambiental no Estado de São Paulo:</p> <p>- a construção de uma sociedade ecologicamente res-ponsável, economicamente viável, culturalmente diversa, politicamente atuante e socialmente justa; (Artigo 9, parágrafo I)</p>	Sim
<p>Item 9. Propositura de projetos práticos na área ambiental, com o envolvimento de mais pessoas e outras fontes de recursos.</p>	<p>Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental. (Artigo 19)</p>	<p>O Poder Público em nível estadual e municipal incentivará e criará instrumentos que viabilizem:</p> <p>- a inserção do componente Educação Ambiental nos programas e projetos financiados por recursos públicos e privados;</p>	Sim

<p>Item 12. Propositura de projetos de Educação Ambiental para editais de financiamento com o objetivo de criar espaços educadores mais adequados a sustentabilidade.</p>		(Artigo 22, parágrafo XIV)	
--	--	----------------------------	--

3. Diretrizes do Plano De Educação Ambiental

De acordo com a LEI Nº 12.780, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007 que Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e a LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 que Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; bem como com o Diagnóstico feito para a Elaboração deste Plano Diretor de Educação Ambiental, temos as seguintes diretrizes para a Educação Ambiental de Torrinha:

Diretriz	Ação Prática
<p>Dar prioridade a garantia de continuidade, permanência e articulação do processo educativo com todos os indivíduos e grupos sociais.</p>	<p>Realização de ações contínuas e que entendam a Educação Ambiental como um processo e não apenas como eventos pontuais.</p>
<p>Desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;</p>	<p>Considerar a Educação Ambiental em todas as disciplinas escolares, sendo trabalhada de forma transversal no âmbito curricular, podendo ter projetos específicos nas temáticas de EA ao longo do ano.</p>
<p>O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;</p>	<p>- Estimular a consciência ambiental, trazendo dados sobre os impactos socioambientais de nossa sociedade de forma verdadeira e propositiva. - A Prefeitura realizar ações de fiscalização e multas para os infratores da legislação ambiental .</p>

<p>- Respeito a Política Nacional e Estadual de Educação Ambiental que considera os órgãos públicos municipais necessariamente envolvidos com a Educação Ambiental.</p> <p>- Incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;</p>	<p>- Órgão municipal de meio ambiente proativo e envolvido com as ações ambientais das Escolas do município.</p> <p>- Órgão municipal de meio ambiente atento às questões trazidas pela população em relação os problemas ambientais municipais.</p> <p>- Criação de uma ouvidoria ambiental Municipal.</p> <p>- Realização da divulgação das reuniões abertas do CONDEMA, não apenas para os membros. Ações educativas explicando o funcionamento do Conselho para a população</p>
<p>- O desenvolvimento de programas, projetos e ações de Educação Ambiental integrados ao ecoturismo, mudanças climáticas, ao zoneamento ambiental, à gestão dos resíduos sólidos e do saneamento ambiental, ao gerenciamento costeiro, à gestão da qualidade dos recursos hídricos, e uso do solo, do ar, ao manejo dos recursos florestais, à administração das unidades de conservação e das áreas especialmente protegidas, ao uso e ocupação do solo, à preparação e mobilização de comunidades situadas em áreas de risco tecnológico, risco geológico e risco hidrológico, ao desenvolvimento urbano, ao planejamento dos transportes, ao desenvolvimento das atividades agrícolas e das atividades industriais, ao desenvolvimento de tecnologias, ao consumo e à defesa do patrimônio natural, histórico e</p>	<p>- Através de Programas, Projetos e Ações, nas diversas esferas de ação instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, órgãos públicos do Estado e Municípios, organizações não-governamentais, demais instituições como Redes de Educação Ambiental, Núcleos de Educação Ambiental, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, Coletivos Educadores e outros coletivos organizados, Comvidas, fóruns, colegiados, câmaras técnicas e comissões, etc.</p> <p>- Dar prioridade a atividades relacionadas com Resíduos Sólidos (recicláveis e orgânicos).</p> <p>- Ações de requalificação do espaço público, principalmente das áreas verdes, mais</p>

cultural;	afastadas do centro da cidade.
<p>Princípios e objetivos da Educação Ambiental Municipal:</p> <p>II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;</p> <p>- a construção de uma sociedade ecologicamente responsável, economicamente viável, culturalmente diversa, politicamente atuante e socialmente justa;</p>	<p>- Melhorar a estrutura da Escola Agrícola, tornando o espaço um local para vivências e práticas de sustentabilidade rural e visão sistêmica do meio ambiente.</p> <p>- Inserir na Escola agrícola conceitos de Permacultura, Agroecologia e Ecoalfabetização.</p>
<p>O Poder Público em nível estadual e municipal incentivará e criará instrumentos que viabilizem:</p> <p>- a inserção do componente Educação Ambiental nos programas e projetos financiados por recursos públicos e privados;</p>	<p>- Elaboração de projetos para órgãos públicos estaduais, municipais, regionais, instituição de pesquisa, fundações e demais órgãos financiadores. Desde que respeitem as Diretrizes deste Plano Diretor de Educação Ambiental.</p> <p>Podendo ter como proponentes: organizações da sociedade civil, instituições de ensino, o próprio poder público, agentes ambientais municipais, lideranças comunitárias, entre outros.</p>

4. Pontos de Visitação para Educação Ambiental e desenvolvimento de Ecoturismo

Local	Temáticas para serem trabalhadas:
Pedra de Torrinha, Rancho do Vale	- Aspectos geológicos, geográficos, - Aspectos da vegetação e fauna silvestre da região,

	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos hídricos, rios e bacia hidrográfica. - Experiência de percepção ambiental e contato direto com a natureza.
Mosteiro do Paraíso	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos históricos de torrinha, religiosidade; - Aspectos geológicos, geográficos, - Aspectos da vegetação e fauna silvestre da região. - Plantio Ecológico e Agrofloresta. - Comunidades rurais, café de qualidade. - Experiência sociocultural: contato com aspectos históricos e costumes populares, gastronomia.
Cachoeiras Cachoeira Mira/ Bissoli, entre outras	<ul style="list-style-type: none"> - Uso múltiplo da água, - Geologia, aquíferos e lençóis freáticos, - Vegetação e fauna silvestres. Contato – Experiência de percepção ambiental e contato direto com a natureza.
Usina 3 saltos – antiga hidroelétrica	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos geológicos, geográficos, - Aspectos da vegetação e fauna silvestre da região, - Recursos Hídricos, rios e bacias hidrográficas, uso múltiplo das águas. - Energia elétrica e Pequenas Centrais hidroelétricas - Experiência de percepção ambiental e contato direto com a natureza.
Nascente Modelo	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação e conservação ambiental, - Cuidados com o uso do solo e produção de água. - Ciclo das águas. - Experiência de percepção ambiental e contato direto com a natureza.
Parque Ecológico do Rio Taló	<ul style="list-style-type: none"> - Interferências da cidade no meio natural,

	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação ambiental, - Aspectos culturais e históricos: lazer e a história de Torrinhã
Poço de captação de água para abastecimento público	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer o sistema de abastecimento de água de Torrinhã, - Racionamento no uso da água, - Aspectos positivos e negativos de poços artesianos de captação de água para abastecimento; - Explicação da captação de águas superficiais e subterrâneas
Estação de Tratamento de Esgoto	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a ETE de Torrinhã, os cuidados com as águas do município, avaliação ambiental e condições de purificação da água.
Visitas nas proximidades da escola, para observação de árvores e flores	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecendo o espaço que habitamos, bem estar, embelezamento, - A importância das árvores na cidade, aspectos ligados a arborização urbana, - Incentivo a produção e cultivo de canteiros, vasos e mudas nas Escolas. - Cidade Educadora: como transformar os espaços em volta das escolas em locais para desenvolvimento de atividades pedagógicas, ressignificação e apropriação do espaço público
Visita a casa do morador Moacir Panhoca e a biblioteca municipal dentro outros prédios históricos	<ul style="list-style-type: none"> - Roteiro histórico-cultural de Torrinhã, revendo construções e contando as histórias da cidade, com integração do meio rural e urbano.
Pedra de Torrinhã, Rancho do Vale	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos geológicos, geográficos; - Aspectos da vegetação e fauna silvestre da região, - Rios e bacias hidrográficas.

	– Experiência de percepção ambiental e contato direto com a natureza.
--	---

5. Plano de ação

De acordo com o tem 2.1 deste documento foram levantadas as prioridades da Educação Ambiental no município, neste tópico as prioridades foram distribuídas no tempo para melhor Planejamento e Integração das ações ambientais Municipais.

Espera-se que este Plano de Ação possa ser seguido pelas Instituições de Ensino, Órgãos Públicos Municipais, Associações, ONGs, educadores ambientais e cidadãos.

Ano/Temática	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Resíduos Sólidos	Alta	Alta	Alta	Alta	Média	Média	Média	Média	Baixa	Baixa
Políticas Públicas e EA	Alta	Alta	Alta	Média	Média	Média	Média	Baixa	Baixa	Baixa
Saúde Ambiental	Média	Média	Alta	Alta	Alta	Alta	Média	Média	Baixa	Baixa
Arborização, Áreas Protegidas e Biodiversidade	Baixa	Baixa	Média	Média	Alta	Alta	Média	Média	Alta	Alta
Recursos Hídricos	Baixa	Baixa	Baixa	Média	Média	Média	Alta	Alta	Média	Média

Legenda:

Alta prioridade	Alta prioridade
Média Prioridade	Média Prioridade
Baixa Prioridade	Baixa Prioridade